

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



Stephens, Henry Morse (Edimburgo, 1857 – Berkeley, 1919)

Henry Morse Stephens nasceu a 3 de Outubro de 1857 em Edimburgo, Escócia. Era filho do médico escocês John Edward Morse Stephens. Iniciou a sua formação no Radley College (Oxfordshire), partindo depois para França, onde terá sido educado por um tutor privado. Ingressou mais tarde no Haileybury College (Hertfordshire), que frequentou durante cinco anos. Em Janeiro de 1877 matriculou-se no Balliol College (Oxford), iniciando os estudos superiores. Licenciou-se em 1882 e, na mesma instituição, concluiu o mestrado em 1887. Tornou-se membro da Honorable Society of Lincoln's Inn em Novembro de 1881 e bibliotecário na Leeds Library (Leeds) em Novembro de 1887, ocupando o cargo até 1890.

Stephens iniciou a sua carreira enquanto docente na Oxford University Extension System, embora tenha colaborado com a instituição por pouco tempo. Entre 1892 e 1894 leccionou a disciplina de História da Índia em Cambridge. Por esta altura, escreveu para vários jornais britânicos, como *The Speaker*, *The Daily Chronicle* e *The Academy*, além de ter sido correspondente de Londres para o jornal indiano *The Statesman*. Emigrou para os Estados Unidos da América em 1894, tornando-se docente da Cornell University, em Ithaca. Aí leccionou as disciplinas de História da Europa Moderna e História Inglesa, destacando-se como um dos professores mais apreciados entre os estudantes: «Professor Stephens's friendship and hospitality is one of the happiest memories. He did not keep open house, and he did not condescend. He attracted about him a circle of friends. Undergraduates who were admitted to that circle found themselves, in his rooms at the southeast corner of Cascadilla Place, just as welcome as professors» (*Cornell Alumni News*, 24-4-1919, p. 342). A proximidade que distinguiu a relação de Stephens com colegas e estudantes permitiu-lhe fundar o Kipling Club, promovendo encontros periódicos. A convite de Benjamin Ide Wheeler, então director da University of California e antigo colega de Stephens na Cornell University, o historiador escocês mudou-se para a Califórnia em 1902. Tornou-se docente da University of California e director da University Extension em Berkeley – cargo que manteve até 1909.

Dedicado à docência nas diversas instituições a que pertenceu, a sua actividade não se limitou ao ensino. Foi membro activo da American Historical Association (AHA), tendo ocupado vários cargos ao longo dos anos. Entre 1895 e 1905 foi editor da *The American Historical Review*, revista da AHA, para a qual contribuiu também com várias resenhas críticas e artigos, como «Recent Memoirs of the French Directory»



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

(1896), «The Administrative History of the British Dependencies in the Further East» (1899) e «Nationality and History» (1916). Em 1896 integrou o Committee of Seven (AHA), participando na elaboração e publicação do relatório *The Study of History in Schools* (1898), cujo objectivo era fornecer um conjunto de sugestões e recomendações para o ensino da História nas escolas secundárias norte-americanas. Segundo os autores do relatório, o ensino da disciplina não deveria consistir na apresentação de informação acumulada. Deveria, pelo contrário, estimular os estudantes a pensar sobre a investigação que desenvolvessem e fornecer «mental equipment» que lhes permitisse compreender os desafios sociais e políticos que enfrentariam enquanto cidadãos. Consideravam ainda que a História é uma humanidade, embora a sua metodologia se assemelhe à das ciências, e que deveria ocupar um lugar central nos programas escolares.

Anos mais tarde, por ocasião do sismo que assolou a cidade de São Francisco em 1906, Stephens foi membro do History and Statistics Subcommittee of the Committee of Fifty (1908). Enquanto presidente da AHA – cargo que ocupou em 1915 –, colaborou na organização do *Panama-Pacific Historical Congress*, que teve lugar em São Francisco, Berkeley e Palo Alto, no mesmo ano, e que contou com a presença de historiadores como Rafael Altamira e Herbert E. Bolton. Neste congresso, Stephens contribuiu também com uma comunicação intitulada «The Conflict of European Nations in the Pacific Ocean», na qual sugeriu que a história do Oceano Pacífico se definia em quatro fases distintas.

A despeito de não existir ainda um estudo sistemático da obra de Henry Morse Stephens, bem como do seu pensamento e prática historiográfica, pensamos ser possível situar os seus primeiros trabalhos na década de 80 do século XIX. Em 1885, iniciou a sua colaboração no *Dictionary of National Biography*, para o qual escreveu inúmeras entradas, e publicou o seu primeiro estudo dedicado à história de Portugal na *Encyclopaedia Britannica* (9.^a ed.). A par de outros historiadores estrangeiros oitocentistas, como Henrich Schaefer, Richard H. Major ou Raymond Beazley, Stephens revelou um interesse muito particular por Portugal, dedicando-lhe alguns dos seus trabalhos. Embora o estudo que apresentou na *Encyclopaedia Britannica* corresponda a uma «síntese histórica», encontram-se nele os traços centrais da sua reflexão acerca da história de Portugal – traços que desenvolveria mais tarde em *The Story of Portugal* (1891) e que abordaria numa perspectiva comparada em “Modern Historians and Small Nationalities” (1887). Para Stephens, o tópico de maior interesse no estudo da Europa Oitocentista reside na tenacidade com que as pequenas nações fomentavam o espírito nacional e resistiam ao crescente poder de grandes estados, como a Alemanha, a França ou Grã-Bretanha. Essa afirmação das pequenas nações derivava fundamentalmente do trabalho dos historiadores modernos, que, recorrendo a novos pressupostos na investigação histórica e na escrita da história, teriam proporcionado às respectivas nações uma história isenta de mitos e livre da glorificação de figuras lendárias. Segundo o historiador escocês – embora esta reflexão possa ser discutível (Sérgio Campos Matos, *Historiografia e Memória Nacional*, pp. 77-84) –, em nenhuma nação o trabalho historiográfico exerceu maior influência no processo de consciencialização nacional do que em Portugal



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

(“Modern Historians”, 1887, p. 109). Além disso, Stephens considerava que «the only reason why it has retained its independence, while the other medieval states of that peninsula have merged into the Kingdom of Spain, is to be found in its history» (“Portugal”, 1885, p. 539). Factores como a raça, a língua ou a geografia – centrais na visão de outros historiadores oitocentistas –, afiguravam-se-lhe insuficientes para justificar a independência de Portugal face a Espanha.

Apesar de a sua narrativa sobre a experiência histórica portuguesa, tanto no texto publicado na *Encyclopaedia Britannica* como em *The Story of Portugal*, obedecer a uma organização cronológica, baseada essencialmente na sucessão de reinados, Henry Morse Stephens apresentou uma interpretação que revela conhecimento da mais recente historiografia sobre Portugal à época. Em primeiro lugar, a ideia de que as nações atravessavam fases de crescimento e de declínio («wax and wane»), que o historiador perfilhava, orientou em certa medida a sua análise do percurso histórico português. A seu ver, não terão existido diferenças significativas entre as experiências portuguesa e espanhola até finais do século XI. Só a partir da constituição de Portugal enquanto reino independente, com a aclamação de D. Afonso Henriques como seu primeiro rei, teve início o desenvolvimento de uma individualidade e de um carácter distintos. Como qualquer reino independente, Portugal experienciou uma fase de crescimento e consolidação, seguida de um período de apogeu e prosperidade, que, por sua vez, deu lugar a uma fase de declínio. Em seu entender, coube aos primeiros reis, até D. Afonso III, a tarefa de delimitar as fronteiras do território português, bem como a de estabilizar constitucionalmente o funcionamento do reino. O reinado de D. Dinis mereceu particular atenção por parte do historiador, que o considerou de grande importância, pois «it marks the development of the people into an independent nation» (*The Story of Portugal*, 1891, p. 85). Além disso, D. Dinis é considerado por Stephens o fundador da literatura portuguesa, o que não deixa de ser significativo, atendendo à importância que o historiador atribuiu às manifestações literárias como expressão do espírito nacional, sobretudo no período áureo das nações. Outro momento do percurso histórico português que revela algum interesse na sua análise é o reinado de D. Fernando, que, correspondendo a uma crise, é considerado um resultado natural de um longo período de paz e prosperidade. No seu ponto de vista, foi um momento de incompatibilidade entre o povo, que está já consciente da sua nacionalidade, e a Corte.

À semelhança de outras reflexões sobre experiência portuguesa, como a de Oliveira Martins, o reinado de D. João I surge na análise de Stephens como ponto de partida para uma nova era na história de Portugal, em que «a new spirit appeared alike among the kings, and the merchants, and the soldiers, which was to culminate in the glories of the heroic age» (*The Story of Portugal*, 1891, pp. 115-116). Segundo o historiador, foi durante o século XV, com o Infante D. Henrique como grande obreiro das descobertas e com uma plêiade de estadistas, navegadores e cronistas, que Portugal se tornou a maior nação da Europa – ainda que tenha sido apenas no século XVI que viveu o seu período heroico. A descoberta do caminho marítimo para a Índia nos finais de Quatrocentos, a descoberta do Brasil na viragem para o século seguinte



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

e a edificação de um império comercial e marítimo no Oriente são os acontecimentos que, para Stephens, foram decisivos na definição do período áureo da história de Portugal.

Contudo, enquanto Portugal reclamava o seu espaço no concerto das nações, «the seeds of rapid decline» foram germinando. A seu ver, são vários os factores que justificam esse rápido declínio: por um lado, a tendência do poder real para o absolutismo e a conseqüente destruição do poder feudal, que enfraqueceram o sentido de patriotismo da nobreza e a afastaram gradualmente do povo; por outro, o despovoamento do território, fomentado pela partida dos portugueses para as ilhas Atlânticas, para o Brasil e para o Oriente; a corrupção dos oficiais das feitorias africanas e orientais, que comprometeu a continuidade dos portugueses nesses domínios; e a Inquisição, instaurada em Portugal no reinado de D. João III, bem como a Companhia de Jesus, foram dois factores cruciais no declínio de Portugal. Stephens atribuiu particular relevância à presença portuguesa no Oriente, considerando que terá sido aí que o enfraquecimento do país se tornou mais perceptível. O historiador dedicou, aliás, alguma atenção a esta matéria, tendo publicado um trabalho intitulado *Albuquerque*, na série *Rulers of India* (1892). Além disso, apontou a União Ibérica, a que chamou «the sixty years of captivity», e a intervenção da Inglaterra e da Holanda no Oriente como condições decisivas para a consumação de ruína portuguesa.

Apesar do desalento e da apatia que Stephens reconheceu no Portugal da União Ibérica, a recuperação da independência em 1640 apresentou-se ao historiador como uma prova de «how impossible it is to a nation which has once been great to acquiesce the loss of its independence» (*The Story of Portugal*, 1891, p. 324). No que a isto diz respeito, o retrato pouco favorável que Stephens traçou de D. João IV revela algum interesse. Ao retratar o monarca como homem medíocre, hesitante e indeciso por natureza, cuja força derivava sobretudo da rainha, o historiador escocês desvalorizou de certa forma o seu papel na restituição da independência a Portugal, enaltecendo não só a relevância da rainha nesse processo, mas também a perseverança da nação portuguesa, que jamais se resignou à perda da independência. O século XVIII é para Henry Morse Stephens o período com menos interesse da história de Portugal, muito devido à aliança estabelecida com os ingleses que tornou o país «a mere province of England» do ponto de vista político. Não deixa de ser curioso, no entanto, que o historiador tenha considerado o Tratado de Methuen – que foi porventura o maior alicerce das relações luso-britânicas no século XVIII – «of infinite advantage» para Portugal. Em todo o caso, deve ter-se em conta que, em seu entender, a sua existência política se deveu, em larga medida, ao tratado que estabeleceu com os ingleses, uma vez que foi esse estreitamento de relações que lhe garantiu o auxílio britânico em futuras contendas. Embora Portugal tivesse restituído a sua independência face ao domínio de Espanha, não era já a nação que vivera as glórias dos séculos XV e XVI. Vivia agora num estado de estagnação, incapaz de feitos notáveis, sem figuras heroicas que elevassem o seu nome.

A despeito de ter dedicado parte significativa dos seus estudos à história da Europa Moderna, centrando-se sobretudo na transição do século XVIII para o século XIX, Henry Morse Stephens pouco se ocupou do



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Portugal oitocentista nas suas reflexões sobre a experiência portuguesa. No entanto, duas palavras devem ser ditas acerca da sua análise. Como é sabido, as primeiras décadas do século XIX foram marcadas por enorme instabilidade, provocada não só pelos sucessivos conflitos que se verificaram em território português, mas também pela vulnerabilidade política que culminou na Guerra Civil (1832-1834). Apesar de Stephens ter colocado em evidência todos estes aspectos, deu ênfase sobretudo àquele que considerava ser o mais notável traço de Portugal: «the singular tenacity with which the little country maintained its independence and its individuality» (*The Story of Portugal*, 1891, p. 409). No que respeita ao século XIX, é sabido que o historiador escocês encontrou nos historiadores da «nova escola histórica» o principal alicerce da coesão nacional, bem como a maior oposição à ideia iberista.

Embora não haja notícia de que tenha estado alguma vez em Portugal, parece evidente que o historiador conhecia relativamente bem a mais recente historiografia sobre Portugal, tanto portuguesa como estrangeira. Alexandre Herculano é porventura o autor que Stephens mais destacou, considerando-o o fundador da «new school of modern historians» em território português, cujos pressupostos assentavam na investigação cuidada e na análise crítica da documentação. Além de Herculano, salientou também os trabalhos de Rebelo da Silva, Latino Coelho, Pinheiro Chagas, Luciano Cordeiro e Oliveira Martins. Este último, que poderá ter conhecido a obra aquando da sua estadia em Inglaterra (1892), é autor do prefácio à primeira edição portuguesa de *The Story of Portugal* (traduzida por J. T. da Silva Bastos), publicada em 1893. Nesse texto, em que reconhece o mérito da narrativa de Stephens e a sua utilidade para a vulgarização histórica, Oliveira Martins apresentou uma análise crítica de enorme utilidade. Orientando-se segundo a organização cronológica da narrativa, o historiador português enumerou e corrigiu inúmeros lapsos e inexactidões – como datas incorrectas ou interpretação pouco exacta de alguns factos – patentes no texto de Stephens. Embora reconhecesse que algumas das imprecisões derivavam de limitações linguísticas em relação à língua portuguesa, Oliveira Martins revelou uma atitude particularmente crítica no que diz respeito à sua análise das relações luso-britânicas. Valorizou, em contrapartida, a exaltação do heroísmo português por parte do historiador escocês.

A história de Portugal foi, sem dúvida, um dos temas que mais estimulou Stephens enquanto historiador. Porém, a investigação histórica que desenvolveu não se esgota, de forma alguma, nessa temática. Outra das matérias que o mais motivou foi a Revolução Francesa, dedicando-lhe vários estudos, entre os quais deve destacar-se *A History of the French Revolution* (3 vols.), publicada entre 1886 e 1891, e *Revolutionary Europe (1789-1815)*, vinda a público em 1893. Problemáticas que se mantêm ainda hoje no cerne do debate historiográfico, como a questão dos nacionalismos e da nação, foram também objecto da sua reflexão e análise. Há, no entanto, um tópico sobre o qual Stephens se pronunciou em diversas ocasiões, que vale a pena desenvolver.

A vasta experiência como docente e o labor que realizou enquanto historiador durante largos anos, permitiram-lhe formar uma sólida opinião acerca do que deveria ser o estudo da História e de quais



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

deveriam ser as exigências do trabalho historiográfico. Demarcando-se das Filosofias da História, Stephens revelou-se um propugnador das ideias da «German Historical School», fundada por Niebuhr e Ranke. Do seu ponto de vista, a escrita da história devia pretender-se rigorosa («accurate») e imparcial, privilegiando a busca da verdade em detrimento do estilo da narrativa. Para tal, o historiador deveria, em primeiro lugar, fazer uma pesquisa paciente e cuidadosa, e, depois, analisar criticamente a documentação. Além disso, deveria dar prioridade a fontes contemporâneas da época em estudo, recorrendo a trabalhos posteriores apenas como introdução às fontes. Um tópico central no pensamento de Henry Morse Stephens no que se refere à escrita da história, é a questão da verdade. A seu ver, «[the] truth should be the aim of the historian's quest» (“History”, 1901, p. 52), o fim último de todo o trabalho historiográfico. Importa notar, no entanto, que o historiador escocês reconhecia a impossibilidade de se alcançar a verdade através da investigação: por um lado, os vestígios do passado que resistiram à passagem do tempo jamais seriam suficientes para reconstruir os eventos passados na sua totalidade; e, por outro, o historiador, enquanto ser humano, estaria sempre sujeito a limitações naturais que não lhe permitiriam mais do que uma aproximação à verdade. Nas palavras de Stephens, «every historian is unconsciously biased by his education and surroundings and in his historical works displays not only his interpretation of the past, but also the point of view of the period in which in lives» (“Nationality and History”, 1916, pp. 225-226). Mas o historiador foi mais longe: na sua perspectiva, cada geração de historiadores narra a sua própria interpretação do passado, sendo que é essa permanente mudança de interpretação que permite «the perpetual re-writing of the long story of man» (*Idem*, p. 225). Não deixa de ser curioso que, embora as suas reflexões revelem a influência de tendências intelectuais e historiográficas da época em que viveu, o historiador escocês tenha demonstrado uma notável consciência histórica.

Henry Morse Stephens faleceu a 16 de Abril de 1919, em Berkeley (Califórnia), depois de longos anos dedicado à investigação e ao ensino da História.

Bibliografia activa: “Portugal”, *Encyclopaedia Britannica*, vol. XIX, New York, Charles Scribner's Sons, 1885 (9.^a ed.), pp. 536-555; *A History of the French Revolution*, 3 vols., New York, Charles Scribner's Sons, 1911 (1.^a ed. 1886-1891); “Modern Historians and Small Nationalities”, *The Contemporary Review*, vol. LII, Jul-Dec. 1887, pp. 107-121; *The Story of Portugal*, New York, G. P. Putnam's Son, 1891; *Albuquerque*, Oxford, The Clarendon Press, 1892; *The Principal Speeches of the Statesman and Orators of the French Revolution (1789-1795)*, 2 vols., Oxford, The Clarendon Press, 1892; *Revolutionary Europe (1789-1815)*, vol. VII, *Periods of European History*, Arthur Hassall (ed.), London, Rivington, Percival and Company, 1894; “History”, *Counsel upon the reading of books*, Boston e New York, Houghton, Mifflin and Company, 1901, pp. 23-94; *Select Documents of English Constitutional History*, George Burton e Henry Morse Stephens (eds.), New York, The Macmillan Company, 1914; “Nationality and History”, *The American Historical Review*, vol. XXI, n. ° 2, London, The Macmillan Company, 1916, pp. 225-236.



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Bibliografia passiva: Oliveira Martins, “Introdução à *História de Portugal* de Stephens”, in *Política e História*, vol. II, Lisboa, Guimarães Editores, 1957 (1893), pp. 321-336; “Morse Stephens Dies”. *Cornell Alumni News*. Ithaca, vol. XXI, n.º 29, 24-4-1919, p. 339; “H. Morse Stephens”. *Cornell Alumni News*, Ithaca, vol. XXI, n.º 29, 24-4-1919, p. 342; Jorge Borges de Macedo, *A Historiografia Britânica sobre Portugal*, separata de *Palestra*, n.º 42, Lisboa, s.n., 1973, pp. 7-43; Sérgio Campos Matos, “O incentivo dos historiadores estrangeiros. A tese de Henry Stephens”, *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do século XIX*, Lisboa, Edições Colibri, 1998, pp. 77-84.

Carolina T. Rufino